

UNIVERSIDADE PÚBLICA: a avaliação deve ser contínua e constante

Luiz Carlos dos Santos

No Brasil, a universidade pública vem sendo alvo de constantes questionamentos sobre a qualidade de suas atividades - ensino, pesquisa, extensão e gestão, bem assim a maneira como tem empregado os recursos que a sociedade coloca à sua disposição (VENTURINI et al, 2010).

Entende-se que a avaliação das universidades é um instrumento de capital importância para elevar a qualificação institucional, a fim de promover a melhoria de suas atividades finalísticas e de meio. Além do que deve ser perquirida como exigência da sociedade, que quer saber dos recursos destinados e sua aplicação. Afinal, é o tesouro federal, estadual ou municipal o seu mantenedor.

Talvez, os princípios do Direito Público, constantes da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), dentre eles o da eficiência, transparência sejam “armas” para que os cidadãos, de forma organizada, exijam, além das funções técnico-científicas, o caráter social que deve permear uma universidade. O fato é que há uma cobrança da sociedade/comunidade quanto à conquista da eficiência, qualidade, credibilidade e legitimidade das Academias.

Nessa perspectiva, reside a razão fundamental da avaliação da universidade, com a finalidade de assegurar a boa qualidade do seu ensino, da pesquisa, extensão, inovação e do processo de gestão - razão de ser dessa secular instituição. Convém ressaltar, que a universidade que se conhece e reflete sobre si mesma tem as rédeas do seu destino nas suas próprias mãos, não permitindo que a rotina ou políticas governamentais sejam fatores preponderantes na definição de suas prioridades.

É importante salientar que a idéia de avaliar as universidades não é nova. Ela sempre, formal ou informalmente, ocorreu. Conforme Neiva (1987), ela sempre apareceu no dia-a-dia da universidade, ainda que de maneira difusa, em relatórios de órgãos superiores, levantamentos estatísticos e outros informes de competência e responsabilidade de setores da estrutura interna da Academia.

É válido, também, asseverar que, esses mecanismos supramencionados não produziram resultados satisfatórios. Como consequência, os questionamentos sobre as universidades, sobre a qualidade do seu desempenho, tanto em termos do ensino, pesquisa, extensão, inovação e da sua gestão, provêm da comunidade científica e da sociedade.

Percebe-se, há algum tempo, que interesses privados internos, acrescidos de interesses econômicos externos, pressionam o Estado e as universidades públicas, produzindo, junto à sociedade, sérias críticas quanto à ineficiência desse tipo de Instituição, dentre eles: os custos elevados das atividades desenvolvidas, o inexpressivo retorno à sociedade dos recursos a ela destinados. Portanto, e corroborando Teixeira et al (2005), é necessário rever a política de alocação de recursos nas universidades, assim como a interferência maior desses grupos privados no cotidiano da Universidade.

Parafraseando Nunes e Ferraz (2005), é preciso pensar uma nova universidade que, preservando suas qualidades institucionais, consiga responder, de forma mais efetiva, aos novos e crescentes desafios, tornando-se, assim, mais eficiente e transparente à sociedade. Nessa perspectiva, a universidade deverá incorporar técnicas de gestão e metodologias pedagógicas capazes de absorver todo potencial tecnológico disponível.

Infere-se, pois, que para o alcance de mudanças necessárias à nova universidade, torna-se imprescindível a implantação de um processo permanente de avaliação da organização universitária, a partir do qual seja possível elaborar o diagnóstico institucional, tarefa que tem se mostrado bastante complexa no interior das instituições de ensino superior do país.

Para tanto, é necessário definir parâmetros para a concretização do “julgamento”. Outra dificuldade é a inexistência de um conjunto de dados que possa ser tomado como expressão da universidade em seus vários aspectos, e os dados disponíveis tem, em muitos casos, qualidade duvidosa e não permitem comparações na própria universidade ao longo do tempo, muito menos entre as instituições.

Enfim, falta um **Projeto de Educação com Políticas e Objetivos** definidos que sirvam como referência para avaliar esses julgamentos e aceitá-los ou não, bem assim tem faltado vontade própria para discutir e implementar a avaliação institucional, por vários motivos, entre os quais - **reação às mudanças e corporativismo** dos seus segmentos, principalmente o docente.

Contudo, vale acreditar no trabalho da avaliação por meio da Comissão Própria da Avaliação (CPA). Os resultados da CPA sistematizados e analisados, podem constituir-se em balizas para um processo macro de Avaliação Universitária que leve em consideração o relevante **papel técnico-científico e social** que essas Instituições devem incorporar.

REFERÊNCIAS

MAGALHÃES, Elenice et al. A política de treinamento dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Viçosa (UFV) na percepção dos treinados e dos dirigentes da Instituição. In: **Revista de Administração Pública**, Ano 1, V. 4, Jan./fev. 2010.

NUNES, S. C.; FERRAZ, H. M. **A reforma do ensino no Brasil e a inserção da noção de competências**: um estudo empírico em instituições de educação superior. IN: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 29. Anais... Porto Alegre, 2005.

SANTOS, Luiz Carlos dos. **Investimento em Educação Superior**: a experiência do Estado da Bahia com a atividade universitária. (tese de doutorado). Universidad del Museo Social Argentino (UMSA). Buenos Ayres. 2002.

TEIXEIRA, G. P. et al. A mercantilização do ensino superior brasileiro. In: **Encontro de Estudos Organizacionais**, 4. Anais... Porto Alegre, 2005.



LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br